

ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA INFLAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE¹

Aldemir de Menezes Silva²

Aluísio Alberto Dantas³

RESUMO

A inflação tem assumido a principal preocupação histórica da economia brasileira, considerando os seus nefastos efeitos junto à população e respectivas buscas de políticas econômicas voltadas para a estabilidade de preços. Tratando-se de indicador de referência para todas as variáveis econômicas, a ocorrência da inflação é registrada em todas as localidades, sem discriminação de tempo e espaço. Com o objetivo de analisar o comportamento dos índices de preços no Rio Grande do Norte, o presente estudo descreve as estatísticas de variação de preços no estado, analisando suas causas e efeitos, paralelamente ao que ocorre no país. Justifica-se o estudo, considerando a preocupação que a elevação de preços provoca em toda a sociedade, desde os trabalhadores, consumidores, produtores, empresários e gestores públicos. Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida mediante a análise de dados secundários e com o apoio do referencial teórico keynesiano e neo-keynesiano. A pesquisa confirma haver certa divergência comportamental nos indicadores de preços do Rio Grande do Norte em comparação ao Brasil. No entanto, o motivo mais relevante capaz de justificar a inflação nessas condições decorre da demanda, ou seja, os comportamentos dos preços que influenciam as expectativas dos agentes econômicos e, conseqüentemente, a ascensão ou declínio da inflação.

Palavras-chave: Inflação. Preços. Política econômica.

ABSTRACT

Inflation has historically assumed the primary concern of the Brazilian economy, considering its adverse effects among the population and searches of their economic policies aimed at price stability. Since this is the benchmark for all economic variables, the occurrence of inflation is recorded in all localities, without discrimination of time and space. Aiming to analyze the behavior of price indices in Rio Grande do Norte, this study describes the statistics of price changes in the state, examining their causes and effects, parallel to what happens in the country. Explains the study, given the concern that higher prices causes throughout society, from workers, consumers, producers, and public administrators. Accordingly, the present research was developed through secondary data analysis and with the support of the theoretical Keynesian and neo-Keynesian. The research confirms there is some divergence in

¹ Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação MBA em Administração Financeira da FARN.

² Economista e especialista MBA em Administração Financeira.

³ Economista, mestre em economia e professor de economia empresarial do MBA em Administração Financeira.

the behavioral indicators of prices of Rio Grande do Norte in comparison to Brazil. However, the most relevant reason can justify such conditions inflation stems from the demand, ie, behaviors that influence the price expectations of economic agents and, consequently, the rise or decline in inflation.

Keywords: Inflation. Prices. EconomicPolicy.

1 INTRODUÇÃO

A inflação é um tema de destaque nos objetivos de políticas econômicas, considerando a relevante e destacada participação que o nível geral de preços exerce diretamente nas dinâmicas de funcionamento dos mercados de bens e serviços. A literatura econômica ressalta ainda a influência do nível geral de preços nos mercados de trabalho, financeiro e de divisas, razão porque o controle da inflação constitui ação prioritária na política macroeconômica e cujos efeitos interessam a toda população, empresas, organizações e demais segmentos da sociedade (VASCONCELLOS, 2007).

Os economistas normalmente utilizam o termo inflação para descrever uma situação em que ocorre a elevação do nível geral de preços da economia, de forma percentual do nível de preços em relação a um período anterior. A análise da inflação no Brasil sempre tem merecido atenção especial, considerando a sua histórica importância para o desempenho da política macroeconômica e seus efeitos para a estabilidade econômica da sociedade brasileira.

O presente estudo tem por objetivo analisar o desempenho dos índices de preços no Rio Grande do Norte em comparação ao Brasil, tendo em vista as conseqüências advindas de uma elevação generalizada dos preços para toda sociedade. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados consistem num processo de pesquisa exploratório dos tipos bibliográficos e documental.

Justifica-se o estudo, considerando a preocupação que a elevação de preços provoca em toda a sociedade, desde os trabalhadores, consumidores, produtores, empresários e gestores públicos. Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida mediante a análise de dados secundários e com o apoio do referencial teórico keynesiano e neo-keynesiano.

A pesquisa confirma haver certa divergência comportamental nos indicadores de preços do Rio Grande do Norte em comparação ao Brasil. No

entanto, o motivo mais relevante capaz de justificar a inflação nessas condições decorre da demanda, ou seja, os comportamentos dos preços que influenciam as expectativas dos agentes econômicos e, conseqüentemente, a ascensão ou declínio da inflação.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA INFLAÇÃO

A história econômica do Brasil sempre foi marcada pela discussão sobre a inflação, principalmente a partir da década de 1950, períodos de déficits públicos elevados constatando-se como causas prováveis para aumento dos níveis de preços, já que o país buscava um desenvolvimento econômico acelerado e para isso necessitava de mais gastos públicos com intuito de alcançar uma maior eficiência na aplicação dos recursos, pois pelo lado da receita o Brasil já percebia uma considerável carga tributária (MICHEL e CARVALHO, 2009).

Dessa forma, cabia ao governo emitir moeda para financiar esses déficits públicos decorrente dos elevados gastos, embora essa política ocasionasse uma inflação, devido ao incremento de oferta de moeda, proporcionando uma tendência ao aumento na demanda por bens e serviços na economia, resultando num desequilíbrio de mercado, de modo que a procura excede a oferta e para que essas duas variáveis se ajustem é necessário que os preços subam para acomodá-las em um patamar de equilíbrio (MICHEL e CARVALHO, 2009).

As medidas tomadas, a partir da segunda metade da década de 1950, principalmente para conter o déficit foram acompanhadas da redução do crescimento e aumento do desemprego. O grau de indexação da economia brasileira também ajudou nos altos índices inflacionários. Nesse momento, os economistas discutiam quais decisões seria correta para o combate a inflação, políticas monetárias com forte atuação do estado levavam a crer que resolveriam o problema da inflação inercial.

Nesse sentido, o processo inflacionário passa a ser o centro da pauta dos debates; várias políticas foram tomadas com objetivo de conter os desequilíbrios do setor público e os mecanismos de indexação. Mas a partir de 1999 se estabeleceu o controle com a prática das metas de inflação, política na qual o governo utiliza-se do acompanhamento das taxas de juros no presente para tomar decisões futuras. No entanto, as expectativas de inflação sofrem influências das taxas de juros no curto

prazo, pois mudanças nessas taxas alteram os comportamentos e as expectativas dos agentes. Deve-se ressaltar que, nesse período, a abertura comercial proporcionou um aumento das importações e, conseqüentemente, permitiu índices favoráveis de produtividade. Dessa forma, os trabalhadores de baixa renda, os quais eram os mais prejudicados com a elevação dos níveis de preços, perceberam melhorias no padrão de vida (MICHEL e CARVALHO, 2009).

Portanto, o processo inflacionário conviveu com a sociedade brasileira durante muito tempo, daí a marcante importância de estudar essa temática para entender as causas e conseqüências que permitem a ocorrência de aumentos contínuos no nível de preços.

Para Pinto e Vasconcelos (2006), por se tratar de um fenômeno monetário o valor da moeda tende a se depreciar conforme ocorra o processo inflacionário, além disso, deve-se entender que não se trata de um aumento circunstancial de preço, mas aumentos generalizados. O conflito distributivo de renda entre os diversos agentes econômicos pode ser uma das causas que dificultam o controle da inflação.

As elevadas taxas de inflação, principalmente se ocorrerem com muitas oscilações em determinados períodos prejudicam os agentes econômicos e desequilibram as estruturas produtivas. Neste sentido, um fator relevante seria a diminuição relativa do poder aquisitivo de todos os agentes econômicos, especialmente as classes de trabalhadores que percebem rendimentos fixos, tendo em vista a tendência a consumirem toda sua renda e a redução cada vez maior dos seus orçamentos.

Ainda com base em Pinto e Vasconcelos (2006), o processo inflacionário também prejudica a balança de pagamentos, no sentido de encarecer o produto nacional, isso tende a aumentar as importações e desestimular as exportações. Na tentativa de diminuir esse déficit na balança de pagamentos o governo deve tomar iniciativa de praticar uma desvalorização cambial, com objetivo de depreciar/desvalorizar a moeda nacional e desestimular as importações. No entanto, essa tomada de decisão pode afetar os custos e, conseqüentemente, o repasse desse aumento para os preços dos produtos nos casos das importações de produtos e serviços essenciais e dependentes do mercado internacional provocando um círculo de elevação de preços.

Na visão de Lopes e Vasconcelos (2007), o comportamento dos preços determina a diferença básica entre curto e o longo prazo na macroeconomia. Sendo

assim, as decisões futuras do setor empresarial são muito sensíveis e nos períodos de processo inflacionário a formação de expectativa influencia diretamente na capacidade produtiva, tendo em vista tendência a redução dos investimentos e o estímulo a aplicações no mercado financeiro. Assim, ocorre uma queda no nível de emprego consequência das expectativas inflacionárias.

Por outro lado, os professores da USP admitem que mesmo o mercado financeiro percebendo ganhos advindos de maiores aplicações ocorridas no curto prazo, vale salientar que devido ao desequilíbrio no sistema econômico dificilmente haverá, no longo prazo, classes de agentes que não tenham sido prejudicadas pelas altas taxas de inflação (PINTO e VASCONCELLOS, 2006).

As distorções causadas pelas elevadas taxas de inflação são muitas e algumas já foram discutidas anteriormente. Entretanto, precisamos analisar a causas pelas quais os níveis de preços se elevam de forma contínua e generalizada.

Neste caso, segundo Pinto e Vasconcelos (2006), na literatura econômica há duas causas consideradas as mais importantes para ocorrência desse fator, são elas o excesso de demanda agregada e a elevação dos custos. Em relação à demanda, pode-se dizer que, está diretamente relacionada com a produção disponível de bens e serviços na economia, pois nos casos em que a economia estiver próxima ao pleno emprego de recursos o excesso de demanda agregada não será acompanhado de uma expansão rápida da produção, isso afetará os preços que tenderam a subir (PINTO e VASCONCELLOS, 2006).

Na visão de Lavaratti (2010), a expansão do crédito, da massa salarial e das expectativas dos consumidores determina um maior consumo na economia, que resulta numa inflação. Portanto, a demanda por moeda, por sua vez, desempenha um papel importantíssimo para explicar as flutuações das atividades econômicas. De fato, os cenários para determinação de políticas de combate a inflação deve partir da economia real, pois a taxa de juros básica não altera a conjuntura econômica, no sentido de aumentar ou diminuir a produção de bens e serviços das empresas, desse modo não se deve coletar dados para projeção com base no mercado financeiro.

Assim, a partir das informações necessárias a política econômica do governo pode atuar de forma direta, com redução dos gastos públicos, ou indiretamente, através das políticas fiscais de elevação dos impostos que venham a desestimular os investimentos e a demanda, ou até mesmo a política monetária com redução da

quantidade de moeda em circulação. Entende-se que tais medidas buscam combater as distorções provocadas pela inflação de demanda, principalmente em períodos de pressões sazonais, mas a escolha da política que seria a mais efetiva acaba por aprofundar a discussão entre os economistas chamados da corrente fiscalistas; por outro lado os monetaristas, que argumentam e justificam a inflação por tratar-se de defender uma atuação mais direta e exagerada do governo ou intervenções mais passivas do Estado na atividade econômica.

A inflação de custos é de fato tida como de oferta, pois o nível de demanda permanece inalterado, mas em compensação os preços são afetados diretamente por variações decorrentes de insumos importantes que ocasionam elevação dos custos produtivos. Portanto, como os preços dos produtos finais estão relacionados com os custos dos insumos necessários para sua produção, qualquer elevação dos mesmos provavelmente acarreta uma subida de preços (PINTO e VASCONCELLOS, 2006).

Há também os casos de empresas que detém certo poder de monopólio ou oligopólio e formalizam aumentos nos preços dos bens e serviços baseados em maiores margens de lucros, mesmo com custos de produção sem sofrer elevações. Nesses casos, pode-se chamar de inflação de lucros. Fato este que leva muitos economistas a atrelarem este tipo de inflação ao processo de estagflação (estagnação econômica com inflação).

Dentre a análise da inflação de custos pode-se dividir a mesma em dois tipos: a inflação de custos induzida, a qual ocorre nos casos de excesso de demanda agregada na economia que está praticamente com sua mão-de-obra completamente empregada, tendo em vista a conseqüente elevação dos lucros das empresas que buscam aumentar sua produção motivada pelo excesso de demanda e acabam por estimular o aumento de salários oferecidos aos trabalhadores, proporcionando aumento dos custos produtivos. De fato, a inflação de custos é caracterizada mais pelo tipo autônoma, já que é proveniente de choques de oferta e aumento de preços causados pelo poder de barganha de alguns grupos econômicos que percebem forças dentro do mercado, como por exemplos os sindicatos (PINTO e VASCONCELLOS, 2006).

De fato, há muitas dificuldades em combater a inflação principalmente de custos, devido às conseqüências advindas de decisões tomadas pelo governo, já que influenciam diretamente na atividade econômica. Neste sentido, vimos que a

inflação de custos é causada por insuficiência de produção agregada, motivo pelo qual se pode praticar uma política monetária ou fiscal de forma expansionista, com objetivo de alcançar melhores níveis de emprego. No entanto, tal política econômica do governo resultaria numa inflação de demanda, com isso é importante destacar que, no longo prazo, a oferta agregada reage lentamente à política econômica.

Por outro lado, na visão de Andrezzo (2002), as Caixas Econômicas Federais, os bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial têm capacidade de criar moeda, na medida em que essas instituições financeiras transformam e multiplicam a moeda manual em moeda escritural. Neste sentido, o Banco Central tem um papel fundamental de estabilizar, expandir ou contrair os meios de pagamento, conseqüentemente, isso afeta as reservas de caixas dos bancos.

Com base no controle da inflação o Banco Central percebe um cuidado específico sobre as instituições financeiras, tendo em vista a necessidade de controlar a relação entre oferta monetária e a disponibilidade de bens e serviços. A expansão do crédito e dos meios de pagamento permite a criação da inflação, nos casos de expansão acompanhada de pressão da demanda, pois a moeda circula numa velocidade maior. Para tanto, a política monetária utiliza-se de três instrumentos clássicos são eles: redesconto, reservas compulsórias, que controlam a liquidez de recursos no mercado, e operações de *openmarket* para controlar o mercado financeiro.

Segundo Fonseca e Curado (2009), a alteração da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) é o meio pelo qual o Banco Central se utiliza para manter a inflação de acordo com a meta definida. No entanto, o consumo e os investimentos não são alterados de tal forma como se espera na variação da SELIC, pois o crédito ao setor privado que gera aumento da produção só é influenciada a partir de variações significativas da taxa.

Para esses autores houve grandes transformações no setor bancário do Brasil, principalmente no que diz respeito à transmissão monetária através das taxas de juros, conseqüentemente, a política monetária nessa visão estimulou os diversos segmentos do mercado financeiro. Ou seja, os comportamentos dos bancos passaram por mudanças que demonstraram que as aplicações em títulos públicos não aumentaram com elevação da taxa SELIC, isso permite uma análise comparativa diferente das ações tomadas pelos agentes financeiros em relação ao passado.

Dessa forma, a eficácia da política monetária contribui para estabilidade financeira e, com isso, permite determinar formação de expectativas previsíveis, baseadas nos comportamentos dos bancos em reagir a períodos de regime de metas de inflação e crescimento do produto.

O Banco Central passou a divulgar a cada trimestre um “relatório de Inflação”, isso tornou o sistema de metas mais transparente para sociedade, tendo em vista que é um documento de conhecimento público, ou seja, permite a realização de avaliação com base nas decisões tomadas anteriores e também a análise das tendências futuras com objetivo de corrigir possíveis problemas que venham a distorcer o cumprimento das metas.

Diante disso, vale mencionar e avaliar os dados referentes a variações de preços no estado do Rio Grande do Norte e compará-los com o Índice de Preço ao Consumidor Amplo do Brasil - IPCA, com objetivo de verificar a trajetória da inflação nos últimos três anos e demonstrar qual a perspectiva de comportamento desses índices para a economia atual.

3 ESTATÍSTICAS DA INFLAÇÃO: ÍNDICES DE PREÇOS

A inflação constitui uma das principais preocupações da política econômica do país, considerando os efeitos diretos e indiretos que a mesma provoca junto aos diversos segmentos sociais. O principal impacto da inflação ocorre sobre o trabalhador e para o consumidor, cujo efeito direto verifica-se com a diminuição na sua renda real e respectiva capacidade de consumo. Nesse sentido, a administração dos preços de bens e serviços é destacada nos objetivos da política econômica, exigindo o conhecimento, controle e avaliação dos indicadores que refletem o crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços.

A medição da inflação é feita por índices de preços, que são indicadores estatísticos que quantificam as variações de preços – e da inflação – durante determinado período de tempo. Os índices são utilizados para acompanhar a taxa de inflação e efetuar a correção de preços, salários, contratos e demais cálculos atuariais de empresas, pessoas, entidades de classe, entidades públicas e demais organizações da sociedade.

O índice de preço é um indicador estatístico que mede variações percentuais de preços de bens e serviços que ocorrem no mês, durante o ano e em 12 meses.

Os índices informam a inflação que ocorreu durante um mês, mediante a variação de preços verificada durante 30 dias seguidos; a variação percentual no ano refere-se à inflação acumulada durante o ano e medida pelo cálculo (geométrico) de um mês sobre os anteriores; enfim, as estatísticas dos índices de preços descrevem a variação percentual em 12 meses, que é a inflação registrada durante 12 meses seguidos, a qual é medida pelo cálculo (geométrico) da inflação de cada mês e em 12 meses.

Os índices de preços são números que agregam e representam os preços de mercado de uma determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos dessa cesta. Podem se referir, por exemplo, a preços ao consumidor, preços ao produtor, custos de produção ou preços de exportação e importação. Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou de deflação).

Vários são os índices de preços e respectivas entidades que os formula e divulga, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP). Os índices do IBGE incluem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os índices gerais da FGV incluem o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), além de seus componentes: o Índice de Preços por Atacado (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Por fim, o índice da Fipe é o Índice de Preços ao Consumidor em São Paulo (IPC-Fipe).

A Tabela abaixo resume as características dos índices dos principais índices de preços do Brasil.

ÍNDICES DE PREÇOS

INSTITUTO	ÍNDICE	ÍNDICES COMPO-NENTES	FAIXA DE RENDA	ÁREA DE ABRAN-GÊNCIA	COLETA	DIVULGAÇÃO	INÍCIO DA SÉRIE
IBGE	IPCA-15	Não há	1 a 40 SM	11 maiores Regiões Metropoli-tanas	Dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência	Até o dia 25 do mês de referência	2000
	IPCA		Dia 1 ao dia 30 do mês de referência		Até o dia 15 do mês subsequente	1979	
	INPC					1 a 8 SM	1979
FGV	IGP-10	IPA IPC INCC	1 a 33 SM no IPC, que é computa-do junta-mente com Índices no Atacado (IPA) e na Construção (INCC)	12 maiores Regiões Metropoli-tanas	Dia 11 do mês anterior ao dia 10 do mês de referência	Até o dia 20 do mês de referência	1994
	IGP-M	IPA IPC INCC			Dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência	Até o dia 30 do mês de referência	1989
	IGP-DI	IPA IPC INCC			Dia 1 ao dia 30 do mês de referência	Até o dia 10 do mês subsequente	1944
FIPE	IPC-Fipe	Não há	1 a 20 SM	São Paulo	Dia 1 ao dia 30 do mês de referência	Até o dia 10 do mês subsequente	1939

Fonte: Índices de Preços no Brasil. Banco Central do Brasil. Série Perguntas Mais Frequentes.

<[www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ02- Índices de Preços.pdf](http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ02-Índices%20de%20Preços.pdf)> Acesso: em 18/04/2011.

Documento disponível no site do Banco Central afirma que o IPCA é o índice mais relevante do ponto de vista da política monetária, já que foi escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para o sistema de metas para a inflação e que fora implantado em junho de 1999; o INPC, por sua vez, é um índice muito utilizado em dissídios salariais, pois mede a variação de preços para quem está na faixa salarial de até 6 salários mínimos. Afirmo o Banco Central que o IGP-DI é um índice bastante tradicional (sua história remonta a 1944) e que atualmente é utilizado contratualmente para a correção de determinados preços administrados. Até 2005, por exemplo, esse índice servia como referência para o reajuste das tarifas de telefonia fixa, que em janeiro de 2006 passaram a ser corrigidas pelo IST (Índice de Serviços de Telecomunicação), composto por uma combinação de outros índices, dentre eles: IPCA, INPC, IGP-DI e IGP-M. O IGP-M é o índice mais utilizado como indexador financeiro, inclusive para títulos da dívida pública federal (NTN-C). Também é usado na correção de alguns preços administrados, como, por exemplo, energia elétrica; o IPC-Fipe, apesar de restrito ao município de São Paulo, tem peculiaridades metodológicas e de aceitação para contratos nacionais, tais como apólices de seguros privados (Banco Central do Brasil, 2010).

O IGP-DI representou durante décadas a medida de inflação oficial do País, tendo sido amplamente usado inclusive como índice de correção monetária. Trata-se de um índice híbrido (isto é, combina em sua construção e apuração preços no atacado e no varejo). Essa é uma prática rara no mundo, onde os índices de preços se referem, em geral, a preços ao consumidor ou a preços ao produtor. Assim, com o aumento da inflação na passagem das décadas de 70 e 80, e as múltiplas regras então vigentes para correção de valores de ativos financeiros, da taxa de câmbio, salários, aluguéis e contratos em geral, outros índices ganharam relevância. Foi o caso do INPC, por longo tempo usado como parâmetro de reajuste nos dissídios salariais (Banco Central do Brasil, 2010).

Afirma o Banco Central que o agravamento do processo inflacionário brasileiro, a partir de 1983, tornou a questão de medir a inflação ainda mais complexa. A adoção dos diversos planos de estabilização econômica foi geralmente acompanhada pela revisão das regras de indexação e por mudanças nas medidas de inflação, incluindo alterações na metodologia de cálculo, no período de coleta, expurgos de itens ou até mesmo a descontinuidade de apuração de determinados índices. A necessidade do mercado em contar com um índice divulgado no último dia do mês para correção de contratos referentes a operações financeiras e correção de balanços, por exemplo, motivou a criação do IGP-M. Por essa razão, a coleta de preços é feita entre o dia 21 do mês anterior ao de referência e o dia 20 do mês de referência (Banco Central do Brasil, 2010).

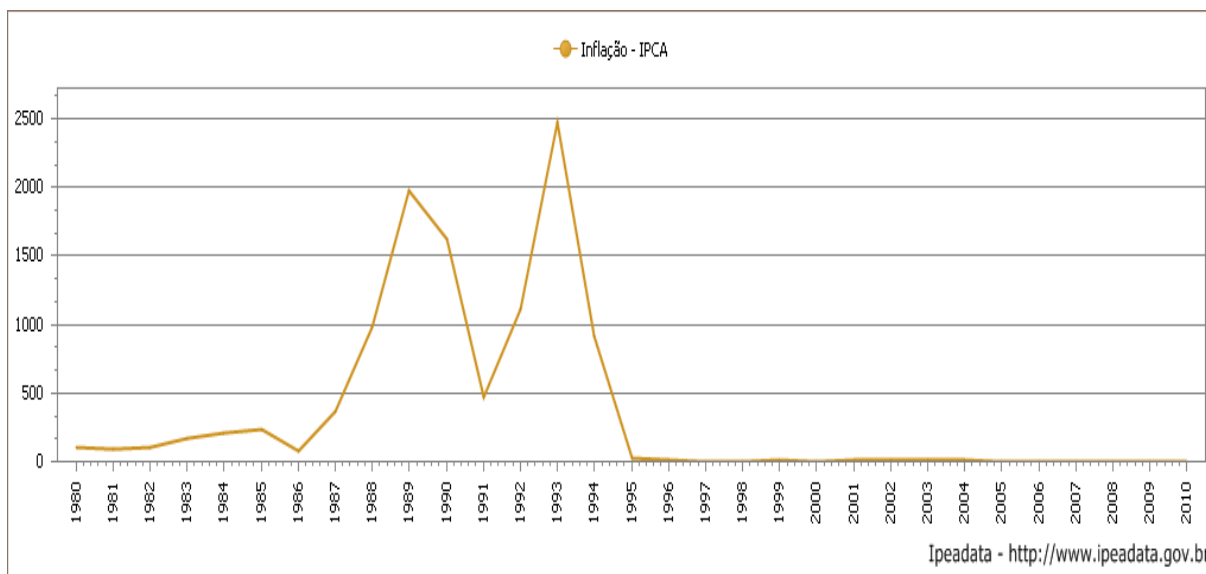
4 A INFLAÇÃO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE

4.1 Estatísticas de inflação no Brasil

O IPCA é atualmente o índice oficial de medição da inflação brasileira por ser mais relevante do ponto de vista da política monetária, já que foi escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para o sistema de metas para a inflação e que fora implantado em junho de 1999. O IPCA é calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, e abrange nove regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e de Brasília. A partir desses dados é possível realizar

a agregação dos índices regionais com base numa ponderação dos índices metropolitanos (Banco Central do Brasil, 2010).

O gráfico seguinte descreve o comportamento histórico da inflação brasileira, medida pelo IPCA anual de 1980 a 2010.



Fonte: Ipeadata. <www.ipeadata.gov.br> Acesso: em 18/04/2011.

As estatísticas de inflação divulgadas pelo IBGE mostram que no ano de 2010 o IPCA foi de 5,91%, conforme consta do quadro abaixo:

Período	TAXA
DEZEMBRO 2010	0,63%
Novembro 2010	0,83%
Dezembro 2009	0,37%
Acumulado no ano de 2010	5,91%
Acumulado no ano de 2009	4,31%

Fonte: IBGE, 07/01/2011.

Afirma o IBGE que o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** teve variação de 0,63% em dezembro de 2010 e ficou 0,20 ponto percentual abaixo da taxa de novembro (0,83%). Em dezembro de 2009, o índice havia ficado em 0,37%. Com esse resultado, o IPCA fechou o ano de 2010 em 5,91%, 1,60 ponto percentual acima da taxa de 2009 (4,31%), puxado pelo aumento dos preços dos alimentos. O resultado do ano de 2010 mostra que o IPCA voltou a subir, chegando ao nível de 2008, quando havia ficado em 5,90%, conforme os resultados a seguir:

ANO	%
- 2001 _____	7,67
- 2002 _____	12,5
- 2003 _____	9,3
- 2004 _____	7,6
- 2005 _____	5,69
- 2006 _____	3,14
- 2007 _____	4,46
- 2008 _____	5,9
- 2009 _____	4,31
- 2010 _____	5,91

Fonte: IBGE, 07/01/2011.

Em nota publicada pela Comunicação Social o IBGE descreve que a alta de 2010, em relação ao ano de 2009 é atribuída aos **alimentos**, que ficaram, em média, 10,39% mais caros, contribuindo com 2,34 pontos percentuais na formação do IPCA de 2010, o que representa 40% do índice. Informa ainda que todas as regiões pesquisadas apresentaram aceleração na taxa de crescimento do grupo alimentação e bebidas de um ano para o outro, com destaque para **Curitiba**, que registrou a maior alta (13,14%). No outro extremo, a menor variação dos alimentos foi verificada em **Porto Alegre** (7,53%). Donos da farta parcela de 23,31% do orçamento das famílias do IPCA, os **alimentos**, tiveram a maior variação de grupo do ano, além do maior impacto, como mostram as tabelas a seguir (www.ibge.gov.br, 7/1/2011).

GRUPO	VARIAÇÃO (%)		CONTRIBUIÇÃO (p.p.)	
	2009	2010	2009	2010
IPCA	4,31	5,91	4,31	5,91
Alimentação e Bebidas	3,18	10,39	0,72	2,34
Vestuário	6,11	7,52	0,40	0,51
Despesas Pessoais	8,03	7,37	0,79	0,75
Educação	6,13	6,22	0,42	0,44
Saúde e Cuidados Pessoais	5,35	5,07	0,58	0,55
Habitação	5,67	5,00	0,75	0,66
Artigos de Residência	3,04	3,53	0,13	0,15
Transportes	2,36	2,41	0,46	0,46
Comunicação	1,08	0,88	0,06	0,05

Fonte: IBGE, 07/01/2011.

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIACÃO ACUMULADA (%)	
		2009	2010
Belém	4,15	4,47	6,86
Curitiba	7,42	4,67	6,71
Fortaleza	3,87	4,44	6,52
Rio de Janeiro	13,68	3,85	6,41
Salvador	6,86	3,99	6,21
Belo Horizonte	10,83	4,67	5,84
São Paulo	33,06	4,54	5,79
Brasília	3,37	4,92	5,71
Porto Alegre	8,92	3,72	5,14
Goiânia	3,73	3,45	5,11
Recife	4,11	4,62	4,63
Brasil	100,00	4,31	5,91

Fonte: IBGE, 07/01/2011.

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIACÃO (%)		
		novembro	dezembro	ACUMULADA NO ANO
Recife	4,11	0,63	1,07	4,63
Brasília	3,37	0,73	0,90	5,71
Fortaleza	3,87	1,55	0,78	6,52
São Paulo	33,06	0,62	0,70	5,79
Rio de Janeiro	13,68	1,02	0,69	6,41
Curitiba	7,42	1,06	0,62	6,71
Goiânia	3,73	0,81	0,60	5,11
Porto Alegre	8,92	0,66	0,56	5,14
Salvador	6,86	1,05	0,40	6,21
Belém	4,15	1,40	0,39	6,86
Belo Horizonte	10,83	0,72	0,35	5,84
Brasil	100,00	0,83	0,63	5,91

Fonte: IBGE, 07/01/2011.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** é calculado pelo IBGE desde 1979 e se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários mínimos, sendo o chefe assalariado, e abrange nove regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e de Brasília. O INPC apresentou em dezembro de 2010 uma variação de 6,47%; em dezembro de 2009 havia ficado em 0,24%. Com isso, fechou o ano passado em 6,47%, sendo que os **alimentos** tiveram alta de 10,82%, enquanto os **não alimentícios** aumentaram 4,63%. Em 2009 o resultado do

ano para o INPC havia sido de 4,11%, com alta de 1,83% nos alimentos e 5,10% nos não alimentícios. Afirma o IBGE que no acumulado em 2010 para as regiões pesquisadas, o maior resultado foi em **Curitiba** (8,11%), onde os alimentos apresentaram a maior variação (14,89%). **Recife** (4,71%) teve a menor taxa em razão principalmente da queda da energia elétrica (-9,10%) e do gás de botijão (-8,98%). Os dados constam das tabelas publicadas pelo IBGE em 7/1/2011 (www.ibge.gov.br).

REGIÃO	PESO REGIONAL (%)	VARIAÇÃO ACUMULADA (%)	
		2009	2010
Curitiba	7,16	4,68	8,11
Belém	6,94	4,48	7,17
São Paulo	25,64	4,68	7,12
Fortaleza	6,39	4,25	6,91
Rio de Janeiro	10,16	3,36	6,60
Salvador	10,59	4,04	6,28
Brasília	2,26	3,60	6,13
Goiânia	5,11	3,32	5,76
Belo Horizonte	11,08	3,86	5,74
Porto Alegre	7,54	3,18	4,91
Recife	7,13	4,38	4,71
Brasil	100,00	4,11	6,47

Fonte: IBGE, 07/01/2011.

A publicação do IBGE descreve que, dentre os índices regionais, assim como ocorreu no IPCA, **Recife** (1,16%) apresentou o maior resultado, com aumento de 1,88% nos alimentos, enquanto **Belo Horizonte** (0,16%) ficou com a taxa mais baixa, também por conta dos alimentos, que tiveram variação de -0,52%, a menor entre as regiões. Os dados estão na tabela seguinte.

REGIÃO	PESO REGIONAL(%)	VARIAÇÃO (%)		
		novembro	dezembro	ACUMULADA NO ANO
Recife	7,13	0,79	1,16	4,71
Curitiba	7,16	1,34	0,80	8,11
São Paulo	25,64	0,85	0,74	7,12
Brasília	2,26	1,02	0,73	6,13
Fortaleza	6,39	1,82	0,73	6,91
Rio de Janeiro	10,16	1,16	0,65	6,60
Porto Alegre	7,54	0,68	0,46	4,91
Belém	6,94	1,60	0,40	7,17
Salvador	10,59	1,06	0,39	6,28
Goiânia	5,11	0,93	0,32	5,76
Belo Horizonte	11,08	0,69	0,16	5,74
Brasil	100,00	1,03	0,60	6,47

Fonte: IBGE, 07/01/2011.

A tabela a seguir demonstra a variação mensal do IPCA no Brasil, de 2007 a 2009, cujas estatísticas são divulgadas mensalmente pelo IBGE.

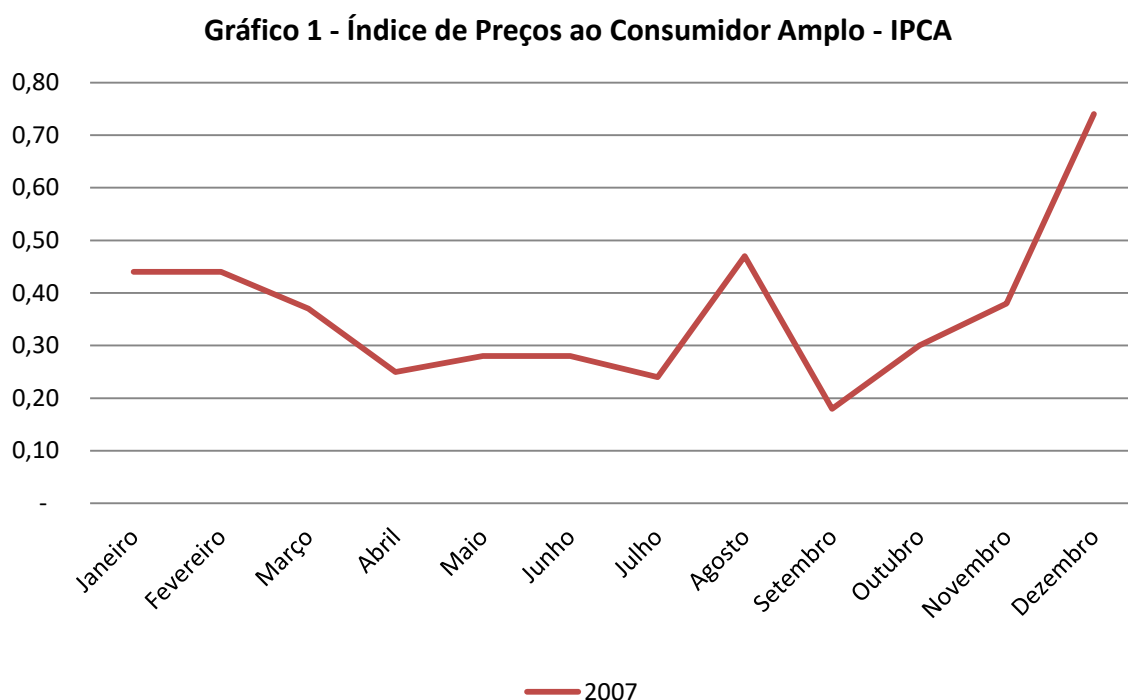
Variação mensal do IPCA no Brasil, por grupos de produtos			
MESES	Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (%)		
	2007	2008	2009
Janeiro	0,44	0,54	0,48
Fevereiro	0,44	0,49	0,55
Março	0,37	0,48	0,20
Abril	0,25	0,55	0,48
Maio	0,28	0,79	0,47
Junho	0,28	0,74	0,36
Julho	0,24	0,53	0,24
Agosto	0,47	0,28	0,15
Setembro	0,18	0,26	0,24
Outubro	0,30	0,45	0,28
Novembro	0,38	0,36	0,41
Dezembro	0,74	0,28	0,37

Fonte: IBGE

Neste primeiro ano avaliado é perceptível o comportamento de aceleração dos índices nos últimos meses, embora as metas para inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional tenham sido favoráveis com base no acompanhamento das estimativas de mercado. No entanto, para o ano de 2008 esses dados proporcionaram incertezas com relação à trajetória da inflação, isso

ocasionou expectativas negativas por parte dos agentes econômicos, mas foi relevante para conduzir as decisões da política monetária brasileira.

O gráfico abaixo reflete a aceleração da inflação no ano de 2007, em especial o último trimestre.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE.

Dessa forma, a política monetária conduziu suas ações para o ano de 2008 e apresentou eficácia já no início do ano, pois houve desaceleração da variação do IPCA no primeiro trimestre de 2008 passando de 0,54% em janeiro para 0,48% em março, resultado da redução de preço em determinados segmentos; mesmo percebendo um período de aumento sazonal anual dos custos com educação.

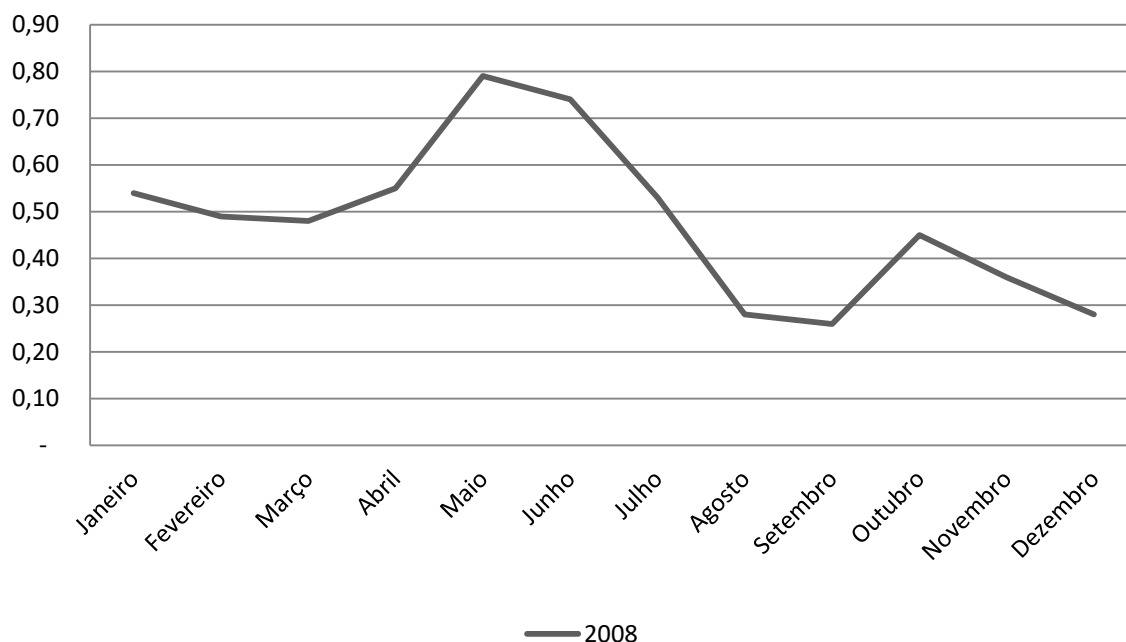
Por outro lado, o segundo trimestre apresentou uma contínua elevação do índice de preço ao consumidor, comportamento esse resultado principalmente das variações nos preços dos alimentos acompanhado pelo crescimento da demanda interna, assim relatado pela variação positiva no final desse trimestre, especificamente mês de junho, com percentual de 0,74%. Sendo assim, percebe-se um aumento nas expectativas da inflação, inclusive para o ano de 2009, pois a trajetória dos índices supera a meta fixada para o ano de 2008 que corresponde a 4,50% com margem de tolerância de dois pontos percentuais.

De fato, esse comportamento das expectativas com base na evolução das projeções para variação dos índices de preços reflete a tendência de pressões inflacionárias não só na economia interna, mas em escala global.

Em contrapartida, a partir do mês de julho já é possível observar uma queda significativa dos índices, conforme verificado na tabela anterior, as variações mensais de julho ficou em 0,53%, agosto 0,28% e de 0,26% em setembro. As expectativas de inflação para o ano de 2008 foi revista após o declínio das variações, já que o Comitê de Política Monetária (Copom) esperava altas consecutivas dos índices, tendo em vista a divergência entre as expectativas de inflação e a trajetória dos índices, embora as projeções ainda ficassem acima das metas estabelecidas.

Vale ressaltar a importância da política monetária nesse ambiente de incerteza que cercou o ano de 2008, haja vista que as estimativas de mercado são determinadas a partir das políticas implementadas pelo governo e de fato assume a responsabilidade de conduzir a inflação de forma que alcance as metas, mas por outro lado, analisando o comportamento da atividade econômica do país, no sentido de não comprometer o dinamismo da demanda e, conseqüentemente, o crescimento da economia.

A trajetória crescente da inflação desde o final de 2007 permaneceu até o segundo trimestre do ano de 2008, ocasionando divergência entre as previsões e a meta anual estimada, segundo o relatório de inflação uma das causas seria a demanda interna e o impacto do cenário externo. Para tanto, deve-se levar em consideração nesse ano de 2008 a crise financeira internacional, a qual intensificou as variações e permitiu uma elevação maior das expectativas de inflação, bem como proporcionou a inconsistência das projeções baseado nas oscilações do IPCA, conforme observado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE.

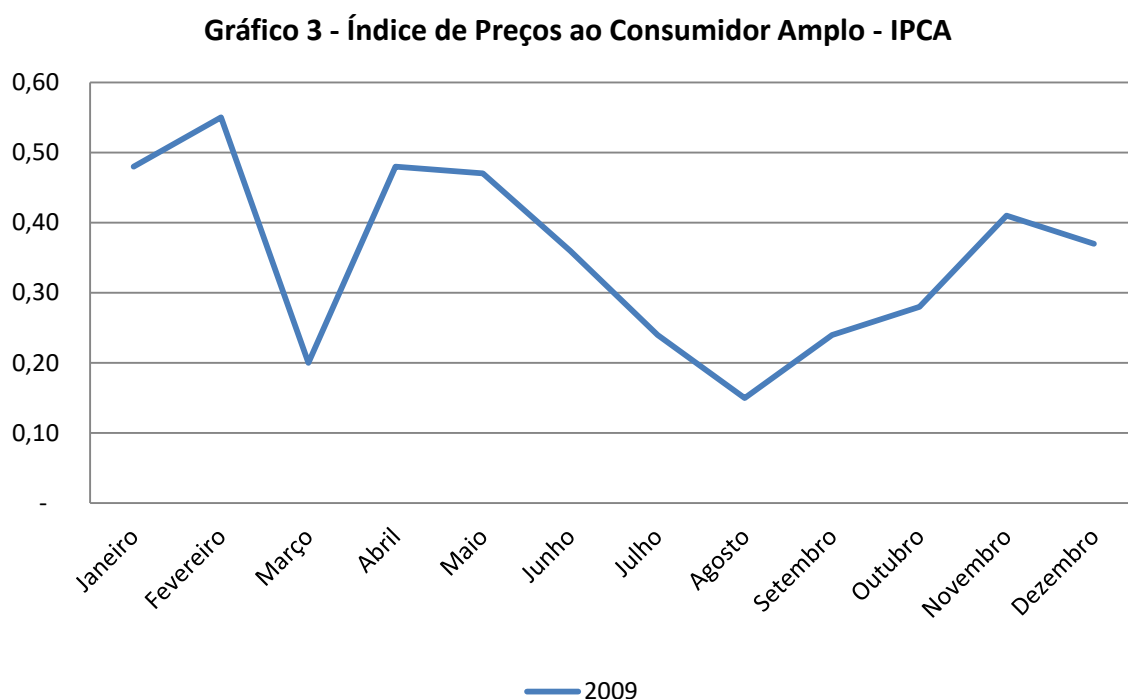
Diante deste cenário as perspectivas de inflação para o ano de 2009 tornaram-se favoráveis a partir do último trimestre do ano de 2008, isso possibilitou a aproximação da meta estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) com variação percentual de 4,5%. No entanto, o crescimento da economia brasileira para o ano de 2009 foi revisto e realizado ajustes nas previsões com base na intensificação da crise financeira pela qual a economia mundial passou. Neste sentido, as ações da política monetária já projetavam diminuição na taxa básica de juros. Portanto, conduzia as expectativas para o cumprimento da meta de inflação estabelecida.

Percebe-se que o ano de 2009 inicia-se com um percentual de 0,48%, mas logo no mês de março, final do primeiro trimestre, já se encontrava em desaceleração o índice de preço chegando a 0,20%. Isso reflete que para este ano haverá uma maior resistência das variações de preços aos fatores que impactam da economia, em especial a demanda. Esse comportamento favorável dos preços no primeiro trimestre do ano, segundo o relatório de inflação emitido pelo Banco Central, está relacionado à educação, tendo em vista a diminuição das pressões sazonais.

Vale mencionar a variação de 0,15% que ocorreu no mês de agosto, menor índice observado em todo período de análise deste trabalho, isso proporcionou a convergência da meta anual estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Para tanto, percebe-se perspectivas favoráveis para o restante do ano de 2009, bem como para o ano de 2010, haja vista as evidências para menores riscos que modificassem a trajetória da inflação.

O ano de 2009 encerrou o trimestre com elevação do índice de preço reflexo da retomada do crescimento da economia, além dos fatores sazonais. Por outro lado, esses fatores não foram relevantes para determinar a instabilidade de preços, portanto, mesmo sob pressão das elevações sazonais dos preços para o início do ano de 2010, acreditou-se no cumprimento da meta com base em políticas monetárias tomadas adequadamente.

Segue abaixo trajetória do índice de preço para o ano de 2009.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE.

4.2 Estatísticas da inflação no Rio Grande do Norte

4.2.1 Aspectos Metodológicos

Apesar da importância atribuída pela literatura nacional e internacional à Inflação, ainda são poucos os trabalhos que tratam dessa temática no Rio Grande do Norte. Por essa razão, justificam-se estudos de caso voltados para o tema, tomando o estado como unidade de análise, para interpretar o efeito proporcionado na sociedade por esse processo de elevação de preços de forma contínua e generalizada, neste caso representado por um estado do nordeste brasileiro.

Diante disto, este trabalho procura estudar o comportamento dos índices de preços no estado do Rio Grande do Norte, bem como as causas e conseqüências para a ocorrência de variações, representadas nesta pesquisa pelo Índice de Preço ao Consumidor – IPC, da cidade do Natal, calculado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, através da Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos - CES, o qual realiza análise da composição dos produtos da cesta básica do estado do Rio Grande do Norte (IDEMA, 2011).

A metodologia utilizada pelo IDEMA baseia-se em pesquisa realizada mensalmente por uma equipe de sete pesquisadores, percebendo em média 10.000 preços de cerca de 890 bens e serviços, que visitam atualmente 320 estabelecimentos comerciais; essa metodologia foi determinada a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, realizada no período compreendido entre novembro de 1980 e agosto de 1981 (IDEMA, 2011).

A tabela abaixo mostra a distribuição dos bens e serviços em 8 grupos de produtos que representam as despesas da família da cidade do Natal.

Participação no Orçamento do Índice de Preços ao Consumidor em Natal	
Grupos	Participação Percentual no Orçamento
Geral	100,0000
Alimentação	46,3056
Habitação	14,6419
Despesas Pessoais	10,2917
Bens Duráveis	9,3539
Transportes	8,9670
Vestuário	5,1398
Educação	3,0730
Saúde	2,2271

Fonte: IDEMA

A partir do mês de junho de 2008 a distribuição dos grupos, referente a bens e serviços de produtos que representam as despesas da família da cidade do Natal ficou estruturado conforme tabela abaixo.

Participação no Orçamento do Índice de Preços ao Consumidor em Natal	
Grupos	Participação Percentual no Orçamento
Geral	100,0000
Alimentação e Bebidas	32,4294
Habitação	13,6511
Artigos de Residência	6,6055
Vestuário	8,9422
Transportes	12,7566
Saúde e Cuidados Pessoais	10,6653
Despesas Pessoais	5,5477
Educação	3,6127
Comunicação	5,7885

Fonte: IDEMA

4.2.2 Índice de Preços ao Consumidor de Natal – RN

Após analisar as variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE, como forma de obter informações sobre o comportamento dos preços no Brasil, se faz necessário analisar as variações mensais do Índice de Preços ao Consumidor da cidade do Natal, pois este é o único índice que representa especificamente a trajetória da inflação no estado do Rio Grande do Norte.

Vale ressaltar que, apesar desses índices perceberem metodologias de cálculos diferentes, procura-se nesta pesquisa realizar uma comparação entre os dois índices, com objetivo de mencionar o comportamento da inflação no estado do Rio Grande do Norte em paralelo com o medidor oficial da inflação no país, representado pelo IPCA. A tabela abaixo permite verificar de que forma os preços variaram mensalmente no decorrer desses últimos três anos na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte.

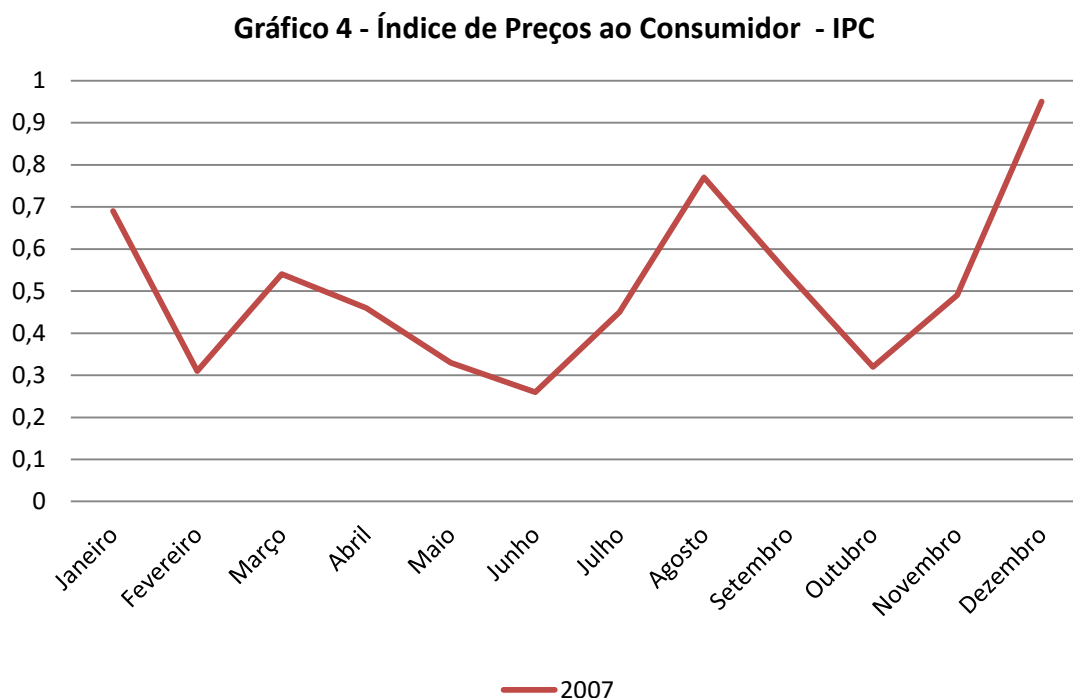
Variação mensal do IPC no município da capital, por grupos de produtos			
MESES	Índice de Preços ao Consumidor, da cidade do Natal – IPC (%)		
	2007	2008	2009
Janeiro	0,69	0,99	0,34
Fevereiro	0,31	0,38	0,21
Março	0,54	0,54	0,37
Abril	0,46	0,83	0,38
Maio	0,33	1,35	0,33
Junho	0,26	1,12	0,40
Julho	0,45	0,47	0,02
Agosto	0,77	0,44	0,09
Setembro	0,54	0,05	0,32
Outubro	0,32	0,85	0,27
Novembro	0,49	0,40	0,37
Dezembro	0,95	0,24	0,35

Fonte: IDEMA

No primeiro mês analisado neste trabalho, que se refere ao ano de 2007, percebe-se uma variação positiva de 0,69% em relação ao mês anterior. Entretanto, logo em seguida o índice apresenta uma variação menor e finaliza o primeiro trimestre do ano de 2007 com um percentual de 0,54%. O índice mantém a trajetória de variações menores durante o segundo trimestre, conforme demonstra a tabela acima, dessa forma o mês de abril apresenta 0,46% de variação e finaliza o trimestre com menor percentual verificado em todo o período desse primeiro ano analisado, pois o mês de junho registrou variação de 0,26%.

O ano de 2007 acumula uma variação de 6,30% e o último mês percebe a maior variação do ano atingindo 0,95%, sendo assim as expectativas de inflação para o ano de 2008 é preocupante, resultado dessa tendência de aumento já para o início do primeiro trimestre; por outro lado, é importante relatar que o mês de dezembro tende a índices maiores devido ao aumento da demanda e, conseqüentemente, isso proporciona elevação nos preços dos produtos.

O gráfico abaixo demonstra as variações que ocorrerão nesse ano de 2007.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IDEMA.

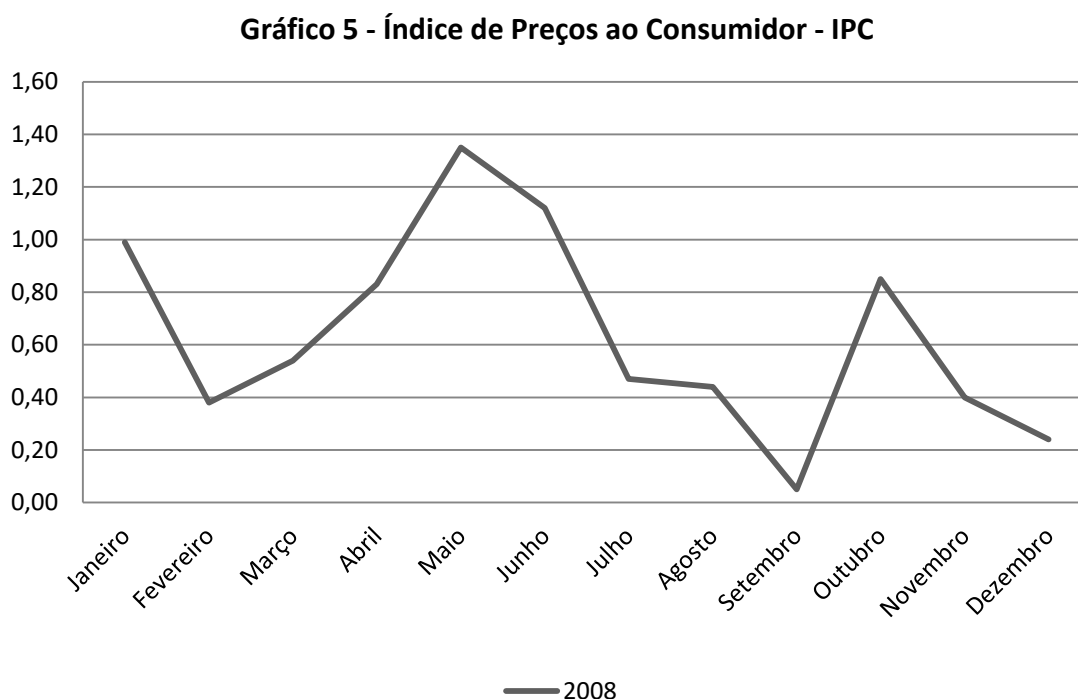
Em consequência, com base no ano de 2008 podemos afirmar que as variações sofreram elevações consideráveis, tendo em vista o percentual de 7,92% verificado nos últimos doze meses (dezembro/2007 a dezembro/2008). Para tanto, neste ano o índice já percebe no primeiro mês uma variação positiva de 0,99% em relação ao mês anterior, representando continuação da elevação do índice de preços já relatado no final do ano de 2007.

O Índice de Preços ao Consumidor, da cidade do Natal, recua com uma variação proporcionalmente menor para o mês de fevereiro e logo em seguida, no final do primeiro trimestre do ano de 2008 volta a perceber uma variação de 0,54%, consequência principalmente do grupo alimentação que apresentou maiores variações desde o início de ano, quando comparado com os outros grupos de produtos. Além disso, esse grupo responde por quase metade do índice em termos de participação no orçamento familiar, conforme a distribuição dos grupos do Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

Essa tendência de alta da inflação permanece durante o segundo trimestre do ano e o IPC, da cidade do Natal, apresenta as maiores variações durante todo período de análise deste trabalho, ou seja, em maio a variação chega a 1,35% e 1,12% em junho. Neste sentido, os dados refletem elevação do custo de vida da

população do estado do Rio Grande do Norte, pois é perceptível a dificuldade de cumprimento da meta de inflação para este ano, com base na demonstração da trajetória de alta dos preços e o comportamento da economia, haja vista a crise financeira pela qual passava a economia global.

O gráfico seguinte indica a trajetória inflacionária do Índice de Preços ao Consumidor da cidade do Natal, bem como sinaliza sua recuperação no final do ano de 2008, pois nesse período há uma queda no preço dos alimentos, proporcionando um processo de diminuição do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, inclusive em setembro foi observado o menor percentual de todo período analisado 0,05% em relação ao mês anterior.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IDEMA.

O custo de vida em Natal iniciou o ano de 2009 com um crescimento de 0,34% em relação ao mês anterior, dessa forma, o grupo habitação apresentou neste período a maior variação positiva, tendo em vista o percentual de 1,74% obtido no mês de janeiro, principalmente impulsionado pelo aumento de preço nos artigos de limpeza, segundo o IDEMA.

O grupo alimentação e bebidas, apesar de ficar em segundo no primeiro mês do ano com relação ao crescimento das variações, foi considerado pelo IDEMA, conforme os cálculos referente ao mês de março, como o de maior contribuição para

variação positiva de 0,37% verificada em março, vale salientar que o grupo que percebe esse tipo de produto é o de maior peso para composição do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da cidade do Natal. Dessa forma, a variação acumulada no ano já representa 0,92%.

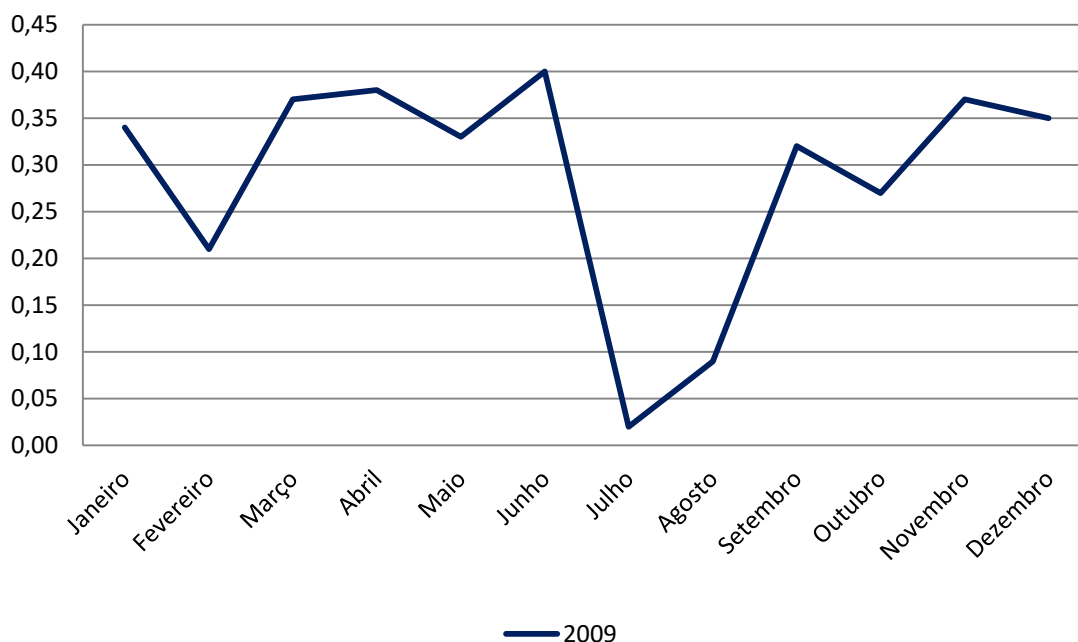
As pesquisas de preços realizadas mensalmente por meio da Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos (CES) do IDEMA permitem verificar que para o ano de 2009 o IPC se mantém em níveis satisfatórios se comparado com o mesmo período do ano anterior, pois no final do segundo trimestre a variação acumulada ficou em 2,04% diferentemente do ano de 2008 que no final de junho já acumulava uma variação de mais de 5%.

Em consonância com esses resultados a variação para o mês de julho ficou em 0,02%, de acordo com o IDEMA o grupo alimentação e bebidas obteve variação negativa de 1,16% em relação ao mês anterior e, portanto, os gastos com despesas pessoais e educação foram os que mais contribuíram para essa leve variação.

Sendo assim, é perceptível o controle do Índice de Preços ao Consumidor, da cidade do Natal, neste ano de 2009 após um ano de tendência de alta conforme verificado anteriormente no ano de 2008.

Portanto, o último mês do ano concluiu com uma variação positiva de 0,35% em relação ao mês anterior, mas com este resultado a variação do ano ficou em 3,50% nos últimos doze meses (dezembro/08 a dezembro/09), representando um ano de perspectivas de trajetórias inflacionárias otimistas, haja vista que percebe o menor índice acumulado em comparação aos dois últimos anos anteriores, proporcionando para os agentes expectativas inflacionárias menores para ano de 2010.

Segue abaixo o gráfico que demonstra as variações ocorridas durante o ano de 2009.

Gráfico 6 - Índice de Preços ao Consumidor - IPC

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IDEMA.

4.3 Comparação das estatísticas da inflação do Brasil com a inflação do Rio Grande do Norte

Após a análise dos Índices de Preços ao Consumidor do Brasil e do estado do Rio Grande do Norte e realizar-se as devidas observações cabíveis e referentes aos dados dos anos de 2007, 2008 e 2009, pode-se agora estabelecer uma comparação entre o comportamento desses índices e sob a ótica dos contextos explicitados anteriormente. No entanto, vale lembrar que cada um dos indicadores apresenta uma metodologia específica.

Para tanto, é de suma importância a realização de um estudo paralelo entre as variáveis citadas, haja vista a percepção do comportamento do Índice de Preços ao Consumidor da cidade do Natal, o qual representa o estado do RN, frente à inflação verificada no país e de acordo com o período em análise. Dessa forma, o índice que serve como parâmetro nacional, o IPCA calculado pelo IBGE, expressa o indicador da média dos índices das maiores regiões do Brasil e que pode servir de parâmetro de medição da inflação dos demais estados da federação. Daí a relevância de incluir o estado do RN nessa comparação, a fim de construir

indicadores e analisar como se comportam os preços desse estado, em comparação ao que se verifica quanto aos preços em nível nacional.

Assim sendo, os dados apresentados na tabela abaixo mostram a relação matemática dos preços representativos do Rio Grande do Norte em face ao que se detecta no Brasil; isto é, retratam de modo geral as tendências do fenômeno inflacionário no período estudado, conforme a ocorrência dos eventos episódicos constatados na série temporal.

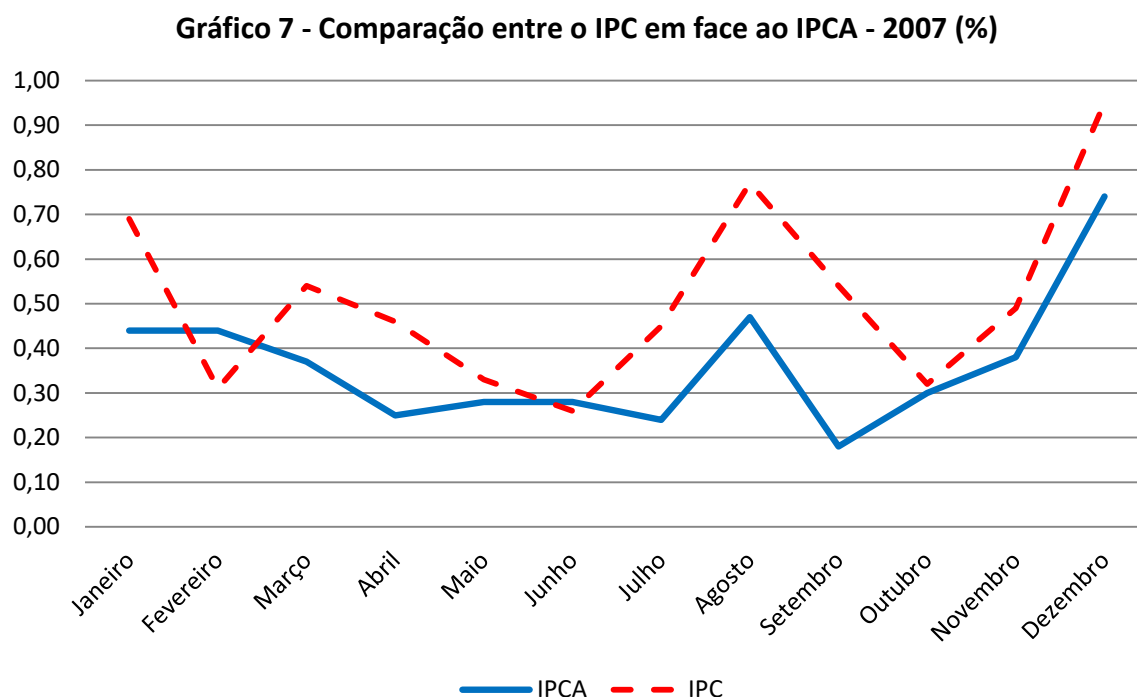
MESES	COMPARAÇÃO ENTRE O IPC EM FACE AO IPCA 2007 - 2009 (%)								
	2007			2008			2009		
	IPCA	IPC	IPC/IPCA	IPCA	IPC	IPC/IPCA	IPCA	IPC	IPC/IPCA
Janeiro	0,44	0,69	56,82	0,54	0,99	83,33	0,48	0,34	-29,17
Fevereiro	0,44	0,31	-29,55	0,49	0,38	-22,45	0,55	0,21	-61,82
Março	0,37	0,54	45,95	0,48	0,54	12,50	0,20	0,37	85,00
Abril	0,25	0,46	84,00	0,55	0,83	50,91	0,48	0,38	-20,83
Maiο	0,28	0,33	17,86	0,79	1,35	70,89	0,47	0,33	-29,79
Junho	0,28	0,26	-7,14	0,74	1,12	51,35	0,36	0,40	11,11
Julho	0,24	0,45	87,50	0,53	0,47	-11,32	0,24	0,02	-91,67
Agosto	0,47	0,77	63,83	0,28	0,44	57,14	0,15	0,09	-40,00
Setembro	0,18	0,54	200,00	0,26	0,05	-80,77	0,24	0,32	33,33
Outubro	0,30	0,32	6,67	0,45	0,85	88,89	0,28	0,27	-3,57
Novembro	0,38	0,49	28,95	0,36	0,40	11,11	0,41	0,37	-9,76
Dezembro	0,74	0,95	28,38	0,28	0,24	-14,29	0,37	0,35	-5,41

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE; IDEMA/CES.

De acordo com as informações postas acima, para o ano de 2007, observa-se que o comportamento do IPC/IPCA é inconstante, ou seja, no primeiro trimestre é fácil verificar que a oscilação é bastante elevada. Uma explicação plausível decorre da questão sazonal, pois o mês de janeiro teve seu índice influenciado pelo mês de dezembro do ano anterior, período de incremento de oferta de moeda; todavia, em fevereiro houve desaceleração no nível de preço, devido à diminuição dessa oferta monetária, revelando uma possível causa para retração; sendo recuperada a magnitude do índice no mês posterior.

Nos demais trimestres houve uma grande variabilidade no que tange ao IPC/IPCA, visto que essa proporção revelou momentos de forte aceleração de aumento de preços no estado em detrimento ao Brasil, tendo um comportamento um

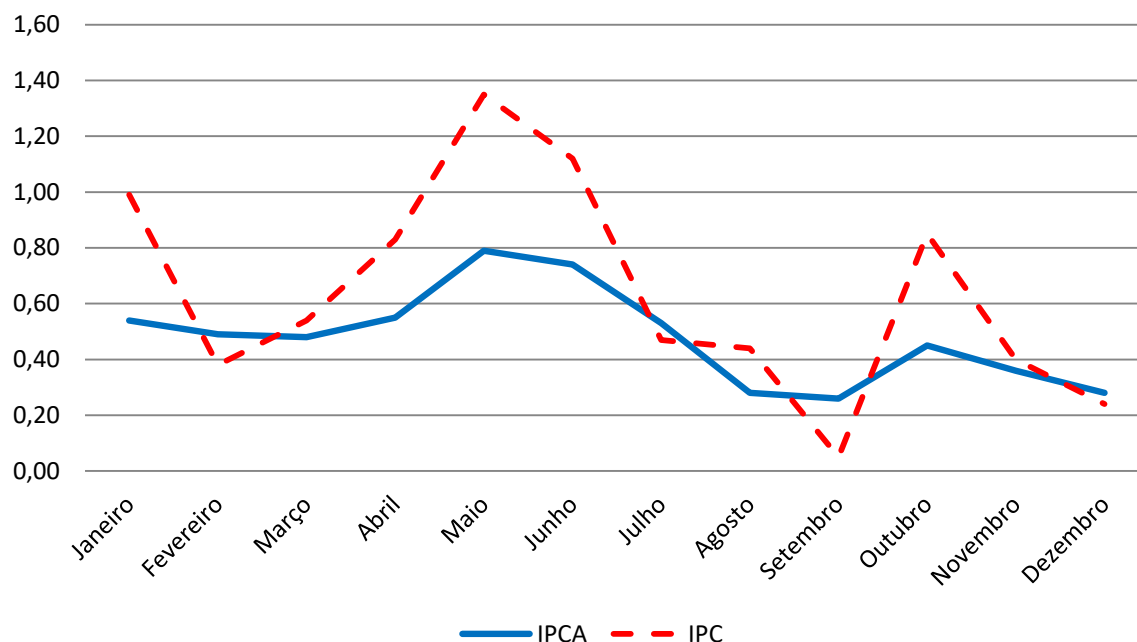
pouco mais convergente nos dois últimos meses do último trimestre. Portanto, a característica do ano de 2007 corresponde a um período de intensa oscilação nesses índices, conforme apresenta o gráfico abaixo.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE; IDEMA/CES.

Tomando como referência os dados de 2008, observa-se que houve a manutenção da irregularidade comportamental do IPC/IPCA, uma vez que no período considerado verificam-se fortes oscilações mês a mês, não mantendo uma tendência se quer em meses seqüenciados. Uma explicação possível ainda se encontra na seara da sazonalidade, causadas por distorções provocadas pela inflação de demanda, conforme constata as informações obtidas a partir da interpretação dos dados desse período.

Vale salientar que o ano de 2008 encerra em si dois fenômenos da economia internacional, a saber: a inflação dos alimentos na economia em escala global e a crise financeira eclodida nos Estados Unidos. Nesse sentido, a irregularidade nos índices pode estar atrelada a esses fenômenos, mesmo sabendo que a crise de outubro de 2008 pode ter causado reflexos no ano posterior; assim, os argumentos apresentados podem ser observados no gráfico posto na seqüência (Banco Central do Brasil, Ata do Copom).

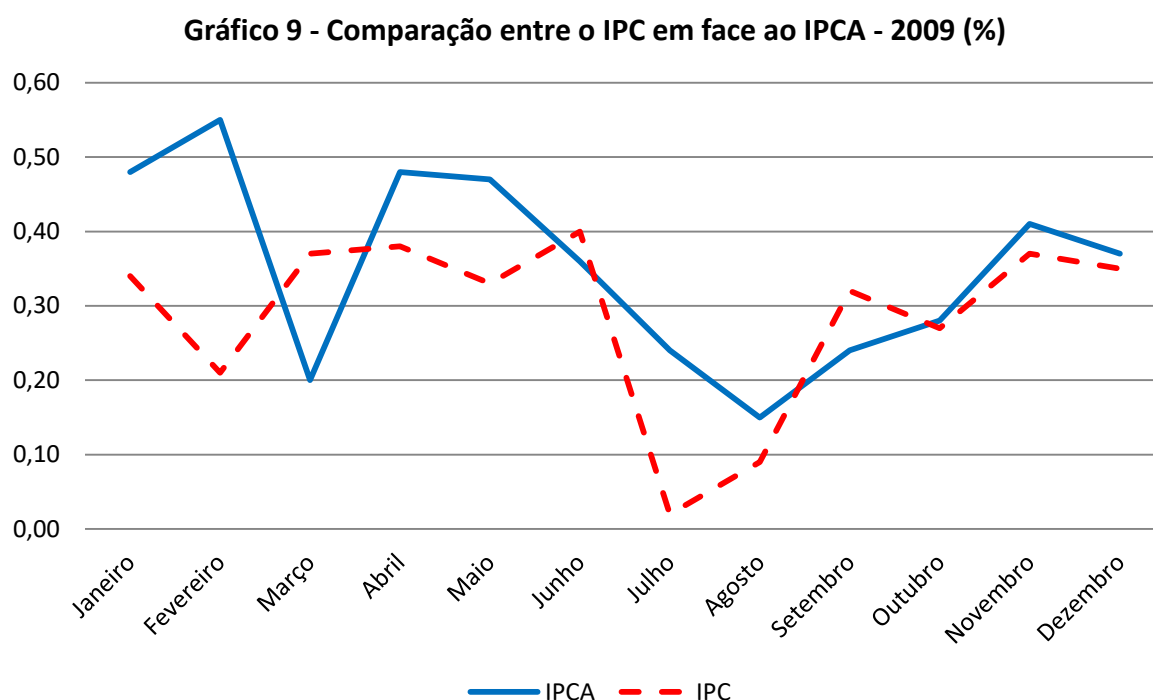
Gráfico 8 - Comparação entre o IPC em face ao IPCA - 2008 (%)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE; IDEMA/CES.

A partir do que se averiguou em 2009, faz-se necessário afirmar que o IPC/IPCA sofreu forte influência do período de crise, tendo em vista os primeiros meses do ano, os quais demonstraram um comportamento tal que é possível recobrar o fenômeno da crise financeira no final do ano anterior.

De fato, os poucos momentos em que o IPC/IPCA passou a registrar valores positivos, isso se deu muito provavelmente em decorrência de aspectos sazonais, tais como: março período que sofreu influência do consumo da época carnavalesca e do período escolar; junho recuperou sua magnitude positiva possivelmente em decorrência dos festejos juninos, além disso, mas fundamentalmente a comemoração dos dias do namorado e dia das mães, pois trata-se de ocasiões que refletem em maiores demandas e, conseqüentemente, um elevado consumo, caracterizando períodos bem peculiares durante o ano.

Daí o que é possível concluir é que o ano de 2009 em análise sofreu influência da crise financeira, tendo como diminutos lapsos temporais, mas esses fenômenos externos a economia potiguar não foram tão impactantes como o verificado na maior parte do ano de 2009. Para tanto, o gráfico exibido na sequência mostra esses argumentos.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE; IDEMA/CES.

4.4 Situação Atual e Perspectiva

Com base no que foi visto anteriormente com relação à trajetória dos índices de preços do estado do Rio Grande do Norte e do Brasil, referente aos anos de 2007, 2008 e 2009 é possível realizar uma análise mais recente do comportamento da inflação, especificamente o primeiro semestre de 2010, tomando como base a trajetória dos dados retratados neste trabalho, bem como sinalizando qual a situação atual e perspectivas para os próximos anos.

Descreveu-se anteriormente que o cálculo da inflação medida pelo IPCA do IBGE abrange um conjunto de bens e serviços demandados por quase toda a população, cujo estrato de coleta abrange a população com renda de até 40 salários mínimos e residentes nas maiores metrópoles do país. Com isso, os dados do IPCA são representativos para expressar a inflação em todo o país, além de servir de parâmetros para as metas de política monetária, principalmente para o cálculo da taxa selic de juros definida a cada 45 dias pelo Comitê de Política Monetária, ou Copom, que é o órgão decisório da política monetária do Banco Central do Brasil (BCB), responsável por estabelecer a meta para a taxa básica de juros, que no Brasil é a Taxa Over-Selic, ou taxa Selic.

Sendo assim, logo abaixo segue a tabela com os dados dos índices de preços do Rio Grande do Norte e do Brasil, referente ao primeiro semestre de 2010, e a comparação entre esses dois dados apresentados.

MESES	COMPARAÇÃO ENTRE O IPC EM FACE AO IPCA, 1º SEMESTRE DE 2010 (%)		
	2010		
	IPCA	IPC	IPC/IPCA
Janeiro	0,75	0,39	-48,00
Fevereiro	0,78	0,43	-44,87
Março	0,52	0,67	28,85
Abril	0,57	0,74	29,82
Maio	0,43	0,67	55,81
Junho	0,00	0,36	-

Fonte - Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE; IDEMA/CES.

Registra-se no início do ano no país uma aceleração na variação dos índices de preços ao consumidor. No entanto, percebe-se uma diferença quase que pela metade ocorrida nos dois primeiros meses do ano com relação ao índice de preços do estado do Rio Grande do Norte. De fato, esse fenômeno representa a consequência do crescimento da atividade interna para o início de ano, conforme relatado no Relatório de Inflação emitido pelo Banco Central trimestralmente (Banco Central do Brasil, 2010).

Essa trajetória ascendente de curto prazo também demonstra a sazonalidade do período, embora esteja intensificada pela recuperação da economia mundial, haja vista que logo após o primeiro trimestre o IPCA já percebia variações percentuais menores, isso possibilita refletir que de fato a causa desse comportamento esteja realmente ligada a pressões temporais exercidas principalmente pelos preços dos alimentos *in natura*.

Vale ressaltar que o comportamento dos índices de preço no primeiro trimestre do ano reflete as expectativas dos agentes econômicos para o período corrente e futuro, mas em consonância com a inflação passada e as evidências do comportamento da atividade econômica, ou seja, reflexo das variações de preços observado em períodos anteriores e o impacto da demanda agregada.

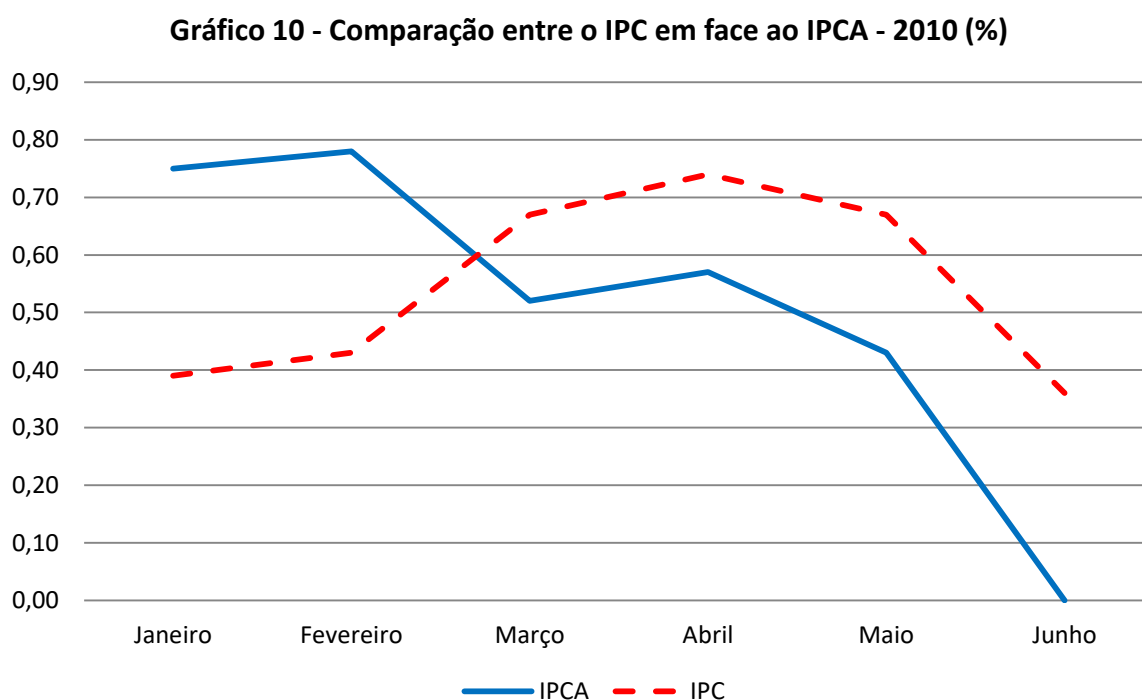
Sendo assim, com base nesse início do ano a formação de expectativas para os índices futuros favoreceu o risco de crescimento das taxas de inflação, tendo em

vista as pressões já exercidas nesses primeiros meses do ano de 2010 e a perspectiva de crescimento do ritmo da atividade produtiva interna.

O segundo trimestre do ano de 2010 ainda apresentava índices elevados, mas diferentemente dos meses anteriores, nos quais as variações se davam por pressões sazonais, a partir do mês de abril ocorreram pressões pelo aumento dos preços agrícolas e industriais, segundo o relatório de inflação do Banco Central.

Nesse ambiente de taxas de inflação elevadas há tendência do não cumprimento da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pois o cálculo das variações acumuladas para o índice de referência nacional dos últimos doze meses apresentava um percentual de 5,22% já no mês maio. Portanto, conforme o relatório de inflação trimestral elaborado pelo Banco Central, as perspectivas para os próximos meses sinalizavam, fundamentalmente, o comportamento da demanda interna e do impacto da elevação dos preços com base no cenário verificado no primeiro semestre.

Dessa forma, segue abaixo o gráfico ilustrando as informações contidas acima.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos dados do IBGE; IDEMA/CES.

Alguns comentários ainda se fazem necessários, isto é, o que é possível considerar para explicar o comportamento inflacionário potiguar ter sido o inverso do verificado no Brasil. Com efeito, pode-se observar que, durante os meses analisados no ano de 2010, notadamente, o índice de preços ao consumidor apresentou tendências de alta, levando a entendimento de que a inflação no RN foi elevada na série temporal examinada.

Diante desses aspectos, pode-se justificar tal fenômeno em decorrência de que o estado do Rio Grande do Norte exhibe como principais itens, que contribuem para o referido comportamento, os alimentos e as bebidas. Assim sendo, nota-se haver no estado uma característica bastante favorável de inflação de demanda, visto que os itens mencionados, invariavelmente no período, foram os grandes responsáveis pela escalada do aumento no nível geral de preços.

Um aspecto adicional decorre do fato de que mesmo havendo sazonalidades em determinados elementos da cesta de consumo, o que fundamentalmente impulsiona o aumento inflacionário são os itens relacionados aos bens de primeira necessidade; quer dizer, a explicação mais plausível para tal comportamento é recorrente da propensão ao consumo potiguar ser ligado aos itens com baixo teor tecnológico, ou seja, reduzida elasticidade renda da demanda, justificando desse modo o porquê da inflação norte rio-grandense ter sido pronunciada mais do que a brasileira nos meses do ano de 2010 estudados.

Em síntese, o comportamento relativo dos indicadores de medição da inflação entre o Brasil e o estado do Rio Grande do Norte mostrou certa divergência, graças ao fato de que o país, por reunir uma variabilidade maior de propensões a consumir distribuída ao longo dos diversos estados brasileiros, permitiu em um momento específico do ano de 2010 que a inflação pudesse vir a cair. O Rio Grande do Norte, que possui restritas características de propensão ao consumo, apresenta uma tendência de elevar os preços a patamares mais altos, comparativamente ao observado nas regiões metropolitanas que fazem parte da pesquisa amostral do IPCA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inflação sempre apresenta características peculiares que descrevem as condições de causas e efeitos normalmente utilizadas pela análise econômica para

justificar a sua ocorrência e comportamento e que teoricamente é expressa sob a forma de inflação de custos e inflação de demanda. Com esse propósito, desenvolveu-se o presente estudo com o objetivo de examinar o comportamento dos níveis gerais de preços ao consumidor do estado do Rio Grande do Norte, em termos do Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Natal.

Assim sendo, constatou-se haver certa divergência comportamental nos indicadores, nos anos de 2007 e 2008, quando o IPC apresentou uma certa supremacia, em detrimento ao IPCA e do ponto de vista de sua magnitude. Isso leva a crer que a cesta de consumo brasileira, por ser mais ampla do que a potiguar, permitiu haver essa tendência, ainda que no mesmo sentido, considerando que o indicador norte-riograndense exibiu uma pronuncia mais perceptível em comparação ao Brasil.

Já no ano de 2009, o IPCA foi mais pronunciado do que o IPC, graças ao fato de que no final do ano anterior ocorreu a chamada crise do capitalismo financeiro internacional, a qual repercutiu em diversas áreas e, portanto, possibilitou a ocorrência de um avanço inflacionário mais visível no Brasil, até porque a cesta de consumo do país é mais diversificada e mais sensível aos efeitos de uma crise das proporções eclodidas em 2008.

De fato, foram apenas no primeiro semestre de 2010 que se perceberam tendências divergentes dos índices de preços IPC e IPCA, os quais demonstraram que a composição de uma cesta de consumo é importante para a mensuração da inflação em um determinado local, região ou país. Sabe-se que o motivo mais relevante capaz de justificar a inflação nessas condições decorre da demanda, pois é nessa porção do mercado que se verifica as influências da mesma nas decisões empresariais, isto é, é na expectativa do comportamento dos demandantes que se pode visualizar a ascensão ou declínio da inflação.

Em suma, ao final deste estudo foi possível compreender que a inflação para ser ascendente ou declinante requer dentre diversas variáveis a elasticidade renda da demanda, paralelamente, à composição da cesta de consumo, dando por este motivo a justificativa pela qual se podem identificar as causas do processo inflacionário potiguar e/ou brasileiro, bem como suas convergências e divergências em segmentos da série temporal considerada no desenvolvimento da pesquisa.

Afinal, o que se sugere para futuras investigações desse nível é a ampliação do horizonte temporal; o uso de modelos econométricos de séries de tempo para

medir a persistência comportamental das séries; outra proposição decorre da tentativa de se comparar outras regiões metropolitanas, com características semelhantes, para que se possa testar a hipótese de que a definição de inflação é fundamentalmente ligada ao comportamento da demanda e não a determinados elementos relacionados à oferta. Logo, os futuros estudos poderão aprofundar esta linha de pesquisa em desenvolvimento na economia, expandindo e aperfeiçoando análises para cada vez mais entender o fenômeno inflacionário que afeta o ambiente econômico desde que se iniciou o processo de trocas (mercado) na sociedade, após a decadência do escambo como mecanismo de intercâmbio desenvolvido pelo homem.

REFERÊNCIAS

ANDREZZO, Andréa Fernandes. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de Preços no Brasil**. Série Perguntas Mais Frequentes. <[www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ02- Índices de Preços.pdf](http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ02-Índices%20de%20Preços.pdf)> Acesso: em 18/4/2011.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. – São Paulo: Atlas, 1989.

FONSECA, M. W.; CURADO, M. L. . **Dívida pública, bancos e transmissão da política monetária: uma avaliação empírica das transformações do período pós-regime de metas de inflação no Brasil**. In: XXXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2009, FOZ DO IGUAÇU. ANAIS DO XXXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2009.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 15 ed. – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Índice de Preços ao Consumidor em Natal/RN**. <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/ipc.asp> Acesso: em 19/4/2011.

LAVORATTI, Liliana. **Inflação: sinal vermelho nos índices de preços**. Vol 64 nº 05. Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Luiz Martino e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 1998.

MICHEL, Renault e CARVALHO, Leonardo (Organizadores). **Crescimento econômico: setor externo e inflação**. – Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

PINTO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (organizadores). **Manual de Economia da Equipe de Professores da USP**. Editora Saraiva, 5ª ed., 2006.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Economia: micro e macro**. – 4. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.